

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER E O MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE PARA PROMOÇÃO DE AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO.

O **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ IAPAR-EMATER**, entidade autárquica, com sede na Rua da Bandeira, 500, Cabral, Curitiba, Paraná, CEP nº 80.035-270, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.234.757/0001-49, doravante denominado **IDR-Paraná**, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Engenheiro Agrônomo NATALINO AVANCE DE SOUZA, portador do CPF nº 281.851.709.59 e Cédula de Identidade nº 1.161.306-3 SSP-PR.

O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE**, entidade pública, inscrito no CNPJ sob o nº 75.927.582/0001-55, com sede na Avenida Brasil, nº 1431, em Santo Antonio do Sudoeste/PR, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito RICARDO ANTONIO ORTINA, portador do CPF nº 020.697.089-77 e Cédula de Identidade nº 6.263.201-1 /SSP-PR.

Celebram o presente Termo de Cooperação, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Estadual nº 15.608/07, e aos demais atos normativos do Poder Público, efetivando-se segundo as cláusulas a seguir discorridas, mutuamente aceitas e reciprocamente outorgadas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente Termo de Cooperação visa a integração institucional no planejamento e execução de atividades com objeto de **“Promover ações integradas de assistência técnica e extensão rural, para a melhoria econômica, social e ambiental da população rural”**.

1.1. Para realizar o objeto, as ações, metas, duração, metodologias e os prazos de execução são detalhados no Plano Integrado elaborado de forma conjunta, parte integrante e indissociável deste instrumento independente de transcrição, elaborado e aprovado pelos cooperantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS E ATRIBUIÇÕES GERAIS E COMUNS

2. Para cumprir o estabelecido na Cláusula Primeira são atribuições comuns aos partícipes:

2.1. delimitar as diretrizes de sua atuação em conformidade à realização do objeto, ordenando-as por prioridade, ajustando-as com as ações formalizadas no Plano Integrado;

2.2. designar no âmbito do Plano Integrado, responsável pela coordenação e execução das atividades e informar a composição da equipe;

2.3. promover a execução do objeto do presente Termo de Cooperação na forma e prazos estabelecidos no Plano Integrado;

2.4. promover atividades de execução, avaliação, controle e fiscalização da execução das ações e seus resultados;

- 2.5. propor e promover ajustes, realizando termo próprio quando necessário;
- 2.6. informar situações que dificultem ou interrompam a realização do objeto;
- 2.7. permitir e facilitar que os órgãos públicos fiscalizadores acessem a documentação e conheçam os atos e fatos relacionados ao presente Termo de Cooperação;
- 2.8. atender as solicitações da entidade partícipe quanto a execução do Plano Integrado e cumprir as recomendações, exigências e determinações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- 2.9. assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação dos cooperantes em toda e qualquer ação promocional e de comunicação relacionada com a execução do objeto desta cooperação e das ações prevista no Plano Integrado;
- 2.10. utilizar os meios de comunicação da Instituição na divulgação das ações desta cooperação;
- 2.11. dispor e administrar seus recursos humanos na área de abrangência do município;
- 2.12. responder, exclusivamente, aos encargos e às obrigações contraídas durante e em razão do presente ajuste;
- 2.13. não transferir para outros as atribuições assumidas sem anuência da entidade partícipe.
- 2.14. A execução pelas entidades cooperantes das atividades decorrentes do Plano Integrado, inclusive mediante emprego, a qualquer título e regime, de mão-de-obra autônoma, não transfere de um a outro partícipe as obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, tampouco constitui forma de associação, temporária ou permanente, independentemente do local de execução das atividades, entre elas não havendo solidariedade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS COMPROMISSOS E ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

3. Para a realização do objeto consoante os objetivos, justificativas, ações, estratégias, metas e prazos detalhados no Plano Integrado, os cooperantes entre si ajustam e se comprometem:

3.1. do **IDR-Paraná**:

- 3.1.1. disponibilizar sistema para registro de informações, programação, acompanhamento e emissão de relatórios;
- 3.1.2. apresentar relatórios semestral e anual de execução do Plano Integrado nos prazos estabelecidos em comum acordo com o **MUNICÍPIO**;
- 3.1.3. realizar orientações e capacitações da equipe em questões técnicas e administrativas, conforme previsto no Plano Integrado;
- 3.1.4. dispor de especialistas em questões específicas através de assessorias e consultorias, conforme Plano Integrado;
- 3.1.5. dispor de produtos necessários à limpeza e higienização da Unidade Municipal.
- 3.1.6. fica sob responsabilidade do IDR-Paraná o fornecimento de materiais de expediente, de higiene, de alimentação e de copa e cozinha para seu uso interno

3.2. do **MUNICÍPIO**:

- 3.2.1. disponibilizar espaço físico para instalação da Unidade Municipal do **IDR-Paraná** e execução do Plano Integrado:
 - a) O **MUNICÍPIO** fará a cessão do espaço de aproximadamente 60 metros quadrados, em anexo a Secretaria Municipal de Agricultura, ambos localizados no prédio do CIAP – Centro Integrado de Apoio ao Produtor Rural, de propriedade do **MUNICÍPIO**, cito a Rua Dona Mariquinha, sem número, com uso das instalações sanitárias de forma coletiva;
 - b) fica sob responsabilidade do **MUNICÍPIO** o fornecimento do serviço de luz, água, telefonia, internet e limpeza interna e externa;

- c) fica sob responsabilidade do **MUNICÍPIO** os serviços de manutenção do espaço cedido ao IDR-Paraná;
- d) fica sob responsabilidade do **IDR-Paraná** dispor de móveis e equipamentos necessários a sua Unidade Municipal;
- e) fica sob responsabilidade do **MUNICÍPIO** dispor de espaço no referido prédio, para identificação da Unidade Municipal do **IDR-Paraná**, a quem cabe a disponibilidade de tal placa de identificação.
- 3.2.2. para execução do Plano Integrado, o município contribuirá com o funcionamento da Unidade Municipal do **IDR-Paraná**, disponibilizando serviço de limpeza interna e calçadas externas, em 02 meio dias por semana;
- 3.2.3. para execução do Plano Integrado, o **MUNICÍPIO** contribuirá com o funcionamento da Unidade Municipal do **IDR-Paraná**, disponibilizando serviço de limpeza externa, a cada 30 dias, com utilização de equipamentos de sua propriedade;
- 3.2.4. disponibilizar o valor de R\$ 4.000,00/ano, para realização de eventos e atividades coletivas, conforme previsto no Plano Integrado e planejamento específico:
- a) é responsabilidade do **MUNICÍPIO** o processo administrativo, orçamentário e financeiro para utilização dos recursos, contratação de serviços, materiais e equipamentos;
- b) Cabe ao **IDR-Paraná** apoiar a realização dos processos administrativos, se necessário, executar tecnicamente as atividades conforme previsto no Plano Integrado;
- c) no Plano Integrado constam informações detalhadas sobre quantidades, valores específicos e época de realização.

CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO DA COOPERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

4. Gestores

- 4.1. Fica designado pelo **IDR-Paraná** como gestor deste convênio, o servidor SADY DOMINGOS ALVES GRISA, portador do RG nº 10.653.579-5 e do CPF nº 236.515.200-72, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da cooperação e do Plano Integrado.
- 4.2. Fica designada pelo **MUNICÍPIO** como gestora deste convênio, a Coordenadora da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentável, JULIA MORAIS PAIM, portadora do RG nº 10.667.628-3 e CPF nº 000.892.980-71, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da cooperação e do Plano Integrado.
- 4.3. O acompanhamento consistirá na emissão de relatórios, análises e apontamentos realizados de forma sistemática a e com periodicidade conforme acordo entre as partes.
- 4.4. As entidades cooperantes garantem o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinado ao **MUNICÍPIO**, além dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA QUINTA – DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

5. Este Termo de Cooperação poderá ser:

- 5.1. denunciado, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ficando os cooperantes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;
- 5.2. rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
- a) ocorrência de caso fortuito, força maior ou relevante motivo de interesse público que imponha a impossibilidade ou a suspensão definitiva da execução do objeto;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6. Este Termo de Cooperação vigorará da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2024.

6.1. Aos partícipes é facultado a qualquer tempo denunciar ou rescindir o presente Termo, mediante expresso comunicado dado a conhecer com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo às responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido, creditados, igualmente, os benefícios adquiridos nesse período.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

7. A eficácia deste Termo de Cooperação Técnica ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a ser providenciada pelo **MUNICÍPIO**, na forma do art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608, de 2007.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8. Qualquer alteração, supressão ou acréscimo ao presente Termo de Cooperação é condicionada à prévia e expressa anuência pelos cooperantes signatários e formalização mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS

9. O presente instrumento não gera transferência de recursos financeiros entre os partícipes. Cada entidade responde pelas obrigações financeiras no âmbito de suas responsabilidades previstas no Plano Integrado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10. Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste Termo de Cooperação, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E para a firmeza e validade do acordado, lavraram este Termo de Cooperação, o qual após lido e concluído conforme é firmado pelos representantes legais em duas vias de igual teor e forma, presentes duas testemunhas identificadas e qualificadas.

Curitiba, 20 de Maio de 2021.

[assinado digitalmente]

RICARDO ANTONIO ORTINA

Prefeito de Santo Antonio do Sudoeste

[assinado digitalmente]

NATALINO AVANCE DE SOUZA

Diretor-Presidente IDR-Paraná

Testemunhas:

[assinado digitalmente]

Carlos Alberto Wust da Silva

CPF: 243.686.010-68

Gerente Regional do IDR-Paraná

[assinado digitalmente]

Sady Domingos Alves Grisa

CPF: 236.515.200-72

Coordenador Regional do IDR-Paraná

Documento: **STO_ANT_SUDOESTE_TermodeCooperacao_vs2.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Ricardo Antonio Ortina** em 24/06/2021 15:42.

Assinado por: **Natalino Avance de Souza** em 17/06/2021 14:58, **Carlos Alberto Wust da Silva** em 18/06/2021 11:19, **Sady Domingos Alves Grisa** em 24/06/2021 11:52.

Inserido ao protocolo **17.633.772-9** por: **Joao Luiz Gilberto de Carvalho** em: 20/05/2021 17:43.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
97cf02631437d0c629193945a1091f53.